

A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A GARANTIA DE ACESSO AOS DIREITOS SOCIAIS ÀS POPULAÇÕES RURAIS: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE TOLEDO-PR

Leoni Terezinah Wammes¹
Marli Renate von Borstel Roesler²
Marize Rauber Engelbrecht³
Nardel Luiz Soares da Silva⁴

Área de conhecimento: Economia Doméstica.

Eixo Temático: Políticas Públicas.

RESUMO

Este artigo fundamenta-se no estudo teórico-metodológico do projeto de pesquisa da dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável em execução, e tem como objeto a Política Nacional de Assistência Social e o acesso aos direitos à universalidade e a equidade dos benefícios e serviços às populações rurais no município de Toledo-Paraná. As questões que nortearam essa pesquisa se referem ao acesso aos benefícios e serviços garantidos na Política Nacional de Assistência Social. A hipótese que será avaliada é de que a universalidade nos serviços e benefícios da PNAS não ocorre de forma equitativa à população urbana e rural, prevalecendo os serviços para a população urbana. Com essa finalidade, será realizado um estudo de caso baseado na pesquisa documental, bibliográfica e de campo. Foram escolhidos três gestores da Política de assistência social e 29 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família – PBF para a pesquisa, utilizando a entrevista semi-estruturada. Esta pesquisa pauta-se na abordagem quali-quantitativa. A interpretação dos dados ocorrerá a partir da análise de conteúdo e da técnica de escalonamento multidimensional não-métrica (NMDS) acompanhada de análise multivariada de variância permutacional (PERMANOVA). Espera-se ao término desta pesquisa apontar os avanços e desafios da PNAS em avançar na inclusão da população rural nos serviços e benefícios por ela ofertados.

Palavras-chave: Política Social. População Rural. Benefícios. Serviços.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo resulta de recorte da fundamentação teórica do projeto de pesquisa que compõe a dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Desenvolvimento Rural Sustentável intitulado: A Política Nacional

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGDRS), UNIOESTE. Pesquisadora do Grupo de Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Ambientais e Sustentabilidade GEPPAS. E-mail: leoniw@utfpr.edu.br – Telefone: (45) 9933 3332.

² Professora Associada do Curso de Serviço Social e dos PPGDRS, Serviço Social e de Ciências Ambientais da UNIOESTE. Pós-doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela UFPR. Líder do GEPPAS. E-mail: mroesler@certo.com.- Telefone: (45) 99721937.

³ Professora Adjunta do Curso de Serviço Social e do Programa de Mestrado em Serviço Social da UNIOESTE. Doutora em Serviço Social. Pesquisadora do GEPPAS. E-mail: omarize@hotmail.com – Telefone (45)99317488

⁴ Professor Adjunto do Curso de Agronomia, de Zootecnia e do PPGDRS da UNIOESTE. Coordenador do Curso do PPGDRS Doutor em Agronomia. Líder do Grupo de Pesquisa GIPEDS Email: nardel.silva@unioeste.br- Telefone: (45) 3284-7916



de Assistência Social e o acesso aos direitos à universalidade e a equidade dos benefícios e serviços às populações rurais: um estudo de caso no município de Toledo-Pr.

A pesquisa tem por objetivo geral explicitar de que forma ocorre o acesso ao direito à universalização e a equidade dos benefícios e serviços da PNAS à população rural no município de Toledo.

Nesta proposta, a pesquisa em seus objetivos específicos pretende: resgatar o processo histórico de implementação da política de assistência social a partir da Constituição Federal de 1988 bem como da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e sua adequação ao Sistema Único de Assistência Social - SUAS; verificar se a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, através dos seus serviços garante equidade de acesso aos serviços para a população rural; especificar a forma como ocorre à descentralização dos benefícios e serviços para a população rural; analisar a presença das demandas rurais no planejamento e execução das ações da assistência social; identificar nos planos municipais e orçamentos públicos do município, programas e ações voltados para a população rural.

Dessa forma, foi realizada uma leitura profunda e ampliada de vários teóricos que discutem a temática da política de proteção social, os conceitos de rural e urbano, em especial a PNAS com foco na ampliação do SUAS, bem como as formas de acesso da população rural usuário aos serviços e benefícios da política de assistência social.

A proposta de pesquisa tem como lócus o município de Toledo que vem desenvolvendo um amplo trabalho na materialização da PNAS ampliando consideravelmente o SUAS e com isso fortalecendo os serviços e benefícios no município. Os sujeitos da pesquisa serão os gestores da assistência social bem como os beneficiários do Programa Bolsa Família que residem na área rural, perfazendo um total de 33 entrevistados.

As questões que irão nortear esse estudo se referem ao acesso aos benefícios e serviços garantidos na Política Nacional de Assistência Social, se são equitativos entre rural e urbano, qual a forma de acesso, de que forma ocorre a descentralização dos benefícios e serviços para a população rural e se as demandas rurais estão garantidas no planejamento e no orçamento do município.



Com essa finalidade, realizar-se-á um estudo de caso baseado na pesquisa documental, bibliográfica e de campo. A pesquisa de campo será realizada através de entrevistas semi-estruturadas. Os dados da pesquisa serão analisados a partir da análise de conteúdo e através da elaboração de um mapa conceitual por meio da técnica de escalonamento multidimensional não-métrica (NMDS) acompanhada de análise multivariada de variância permutacional (PERMANOVA).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A fundamentação teórica será baseada na revisão bibliográfica com referências em autores que discutem a temática da ruralidade, políticas de proteção social, desenvolvimento rural sustentável entre outros. Além de consultas em documentos e publicações do IBGE, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Ministério de Desenvolvimento Agrário, em sites, periódicos, sobretudo a Constituição Federal de 1988, a LOAS e a PNAS.

As políticas sociais nesta pesquisa serão reconhecidas como mecanismo de controle e intervenção do Estado no atendimento das necessidades sociais básicas dos cidadãos. Podem expressar conflitos e contradições consequentes das desigualdades intrínsecas do sistema capitalista vigente, fazendo parte das respostas que o Estado oferece as situações de confronto com determinados grupos sociais. (YAZBECK, 2008).

No Brasil, as primeiras políticas sociais são idealizadas em 1930 no auge do desenvolvimento capitalista industrial para os trabalhadores urbanos que possuíam vínculo empregatício formal. Neste cenário a população rural fica a mercê do acesso às políticas sociais, bem como da garantia de direitos, ficando esquecida, no entanto responsável pela de mão de obra nos centros urbanos, bem como da produção de alimentos para a população das cidades.

2.1 APROXIMAÇÕES DAS DEFINIÇÕES DO RURAL E URBANO

O Censo Demográfico de 2010 demonstra que população brasileira é de aproximadamente 190 milhões, destes 160.925.792 são urbanas e 29.830.007 são rurais, aproximadamente. Para o IBGE a classificação da população rural e urbana



segue o mesmo critério que a situação de domicílio que são definidos da seguinte forma:

Segundo a sua área de localização, o domicílio foi classificado em situação urbana ou rural. Em situação urbana, consideraram-se as áreas, urbanizadas ou não, internas ao perímetro urbano das cidades (sedes municipais) ou vilas (sedes distritais) ou as áreas urbanas isoladas, conforme definido por Lei Municipal vigente em 31 de julho de 2010. Para a cidade ou vila em que não existia legislação que regulamentava essas áreas, foi estabelecido um perímetro urbano para fins de coleta censitária, cujos limites foram aprovados pelo prefeito local. A situação rural abrangeu todas as áreas situadas fora desses limites. Este critério também foi utilizado na classificação da população urbana e da rural. (IBGE, 2011, p.27).

Entretanto alguns autores se contrapõem as definições utilizadas pelo IBGE. Conforme Veiga (2002) a classificação simplista de rural e urbano, causa distorções e cria a falsa ideia de que 80% da população brasileira vive no urbano, quando de fato, o que existe são inúmeros municípios sem papéis urbanos.

Para Abramovay (2000, p. 02), “a definição das áreas rurais no Brasil, contribui para que sejam assimiladas o atraso, carência de serviços e falta de cidadania”. Dessa forma o acesso a bens e serviços e um mínimo de adensamento são aceitáveis para que a população rural seja considerada urbana.

Esta classificação pode ser considerada reducionista, pois não é realizada qualquer análise quanto às particularidades dos diversos espaços que constituem o urbano e o rural. Esta definição reduz o rural ao que não é considerado urbano, levando em conta somente as ausências e não suas peculiaridades. Além do mais, essas definições são definidas por leis municipais, as quais de certa medida respondem por interesses locais.

Colaborando com essa premissa, o texto da Agenda 21 Brasileira (2004, p.55) afirma que:

A apreciação mais realista do Brasil rural deve começar pela correção do critério legal criado pelo Estado Novo, onde qualquer sede de município é uma cidade e qualquer sede de distrito é uma vila. É a contagem de todos os residentes em sedes de municípios e de distritos que dá origem a essa ficção de que a população rural _ inferior a 19% em 2000 _ chegaria a 10% por volta de 2015 e teria desaparecido antes de 2030. Estimativas baseadas em critérios atualmente em uso nas organizações internacionais indicam que quase um terço da população _ 52 milhões de pessoas - vivem nos 4.500 municípios do Brasil rural e outros 22 milhões em 570 municípios suficientemente ambivalentes para que sejam considerados ‘rurbanos’



Isso indica que em aproximadamente 1.109 municípios rurais houve crescimento populacional maior que às médias estaduais e nacionais nos anos de 1990. Sugerindo que no país esta ocorrendo uma reconstituição nos territórios originando “em torno de 500 microrregiões. Destas, 50 são predominantemente urbanas e incluem as 12 aglomerações metropolitanas. Das restantes 450, pelo menos 400 são e continuarão sendo profundamente rurais”. (AGENDA 21 BRASILEIRA 2004, p.55).

As relações políticas administrativas entre o urbano e o rural adotaram de modo equivocado, o rural como empecilho para o desenvolvimento urbano, e não como um espaço de vida com possibilidades e alternativas de desenvolvimento, tanto econômico, social e cultural e ambiental.

2.2 O SUAS COMO FORMA DE AMPLIAR O ACESSO AOS SERVIÇOS E BENEFÍCIOS

Essa fragilidade na compreensão do rural e o do urbano implica de maneira direta da forma que as políticas sociais são dinamizadas. Essa realidade se reflete também na PNAS que segue o mesmo direcionamento que a maioria das políticas públicas na qual ocorre uma priorização das ações para o meio urbano em detrimento ao rural.

Os serviços e benefícios de assistência social oferecidos ao meio rural têm sugerido várias discussões nos últimos tempos, uma vez que a Constituição Federal de 1988, no artigo 194 inciso II garante a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.

De acordo com a LOAS (1993) e a PNAS (2004) os benefícios assistenciais se constituem na distribuição pública de provisões materiais ou financeiras a grupos específicos que não podem, com recursos próprios, satisfazerem suas necessidades básicas. E os serviços são as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações estejam voltadas para as necessidades básicas da mesma.

A PNAS (2004) também objetiva contribuir para a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos ampliando o acesso aos bens e serviços sócio-assistenciais básicos e especiais, tanto na área urbana como rural.



Reforçando essa prerrogativa, a LOAS (1993) dispõe sobre a igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza. Dessa forma garante equivalência às populações urbanas e rurais, bem como a descentralização dos serviços de assistência social que prevê a transferência da gerência, da execução de ações e da prestação de serviços para instâncias de gestão e decisão mais próximas dos usuários.

O sistema responsável por estes atendimentos na área da assistência social é Sistema Único de Assistência Social-SUAS, cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo e constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos. Tendo como o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade. (PNAS 2004).

Outro aspecto importante a ser analisado para que o SUAS realmente possa cumprir com o seu papel de garantir a proteção social a todos que dela necessitem é a efetiva incorporação do princípio que prevê a igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo a equivalência entre as populações urbanas e rurais, e dessa forma considerar as diferenças socioterritoriais possibilitando serviços voltados as particularidades e singularidades desta população.

Nesta perspectiva a PNAS ao analisar a “alta densidade populacional do País e, ao mesmo tempo, seu alto grau de heterogeneidade e desigualdade socioterritorial presentes entre os seus 5.561 Municípios, a vertente territorial faz-se urgente e necessária na PNAS”. (PNAS, 2004 p.37).

Frente a esse desafio o SUAS se organiza com base nos territórios de abrangências, pois esta forma de organização permite planejar as ações superando a fragmentação, colaborando com a universalidade de cobertura, e priorizando o planejamento da rede de serviços com a finalidade de extinguir o estigma do não acesso aos direitos, uma vez que para a efetivação de um sistema único de assistência social é preciso “que cumpra com seu papel de garantir a proteção social a todos que dela necessitam” (PNAS, 2004). Assim a política de assistência social precisa saber quem são, a quantidade, quais e onde estão estes usuários, buscando



o “aprimoramento e à sintonia da política com o direito social”, o que se torna acessível e eficiente quando se trabalha com base nos territórios. (PNAS, 2004, p.10).

Neste cenário, o SUAS e a PNAS fazem parte de um processo que deve ser consolidado com as demais políticas, no sentido de incluir e dar visibilidade as demandas rurais nas agendas das políticas públicas brasileiras e desconstruir as práticas reducionistas e focalizadas e construir ações que considerem as desigualdades socioterritoriais as quais possam ser ofertadas o mais próximo possível do lugar onde vivem.

Preconizando essa ampliação o SUAS vem se materializando na maioria dos municípios brasileiros. No caso específico do município de Toledo o Sistema também vem se afirmando através dos serviços, projetos, benefícios e programas sócio-assistenciais que estão vinculados aos níveis de proteção social básica e da proteção social especial.

Conforme a PNAS (2004) a proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos. Também prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos, locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, dada a situação de vulnerabilidade apresentada.

Conforme dados da Secretaria Municipal de Assistência Social, a proteção social básica no município organiza-se pelas redes de proteção social governamental e privada. No âmbito do poder público do município a rede é composta pelos seguintes equipamentos ou programas: cinco unidades de CRAS; Núcleo de Atendimento à Criança e ao Adolescente; Unidade Social São Francisco–USSF e Unidade–Qualificação Profissional e Geração de Renda e ACESSUAS Trabalho.

Os serviços de proteção social especial “destinam-se a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos estão ameaçados ou foram violados.” (IPEA, 2011, p. 65). Está dividida em proteção social de média e alta



complexidade. Conforme a PNAS (2004, p.22) são conceituados serviços de média complexidade “aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos”.

Os serviços da proteção social de média são proporcionados e desenvolvidos nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social–CREAS. O município de Toledo possui duas unidades para realizar estes serviços.

Quanto aos serviços de proteção especial de alta complexidade⁵ “são aqueles que garantem proteção integral [...] para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário”.(PNAS, 2004, p.22) O município conta com três unidades governamentais para esses abrigamentos: casa Abrigo Menino Jesus, casa Abrigo Menino Jesus II e Casa Abrigo para Adolescentes.

Ao considerar a população que potencialmente demanda dos serviços da assistência social um dado importante a ser observado são os disponibilizados pelo Cadastro Único para Programas Sociais–CAD.Único, que se caracteriza como um instrumento de identificação e caracterização sócio-econômica das famílias brasileiras de baixa renda e é utilizado de forma obrigatória para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal.

Conforme os dados do Relatório de Informações Sociais (MDS, 2014), o município de Toledo conta com 12.361 famílias inscritas no Cadastro Único dentre as quais: 1.840 com renda per capita familiar de até R\$70,00; 3.799 com renda per capita familiar de até R\$ 140,00; 8.207 com renda per capita até meio salário mínimo.

De acordo com as informações obtidas no Departamento do CAD.Único do município de Toledo, em dezembro de 2013 na área urbana 1.889 famílias eram beneficiárias do Programa Bolsa Família, enquanto que na área rural 89 famílias eram beneficiárias, aproximadamente. Estas famílias de baixa renda totalizam 5.983 pessoas, o que representa 4.65% da população do Município.

A partir destas aparentes discrepâncias nas proporcionalidades de famílias cadastradas entre a área urbana e rural e do conhecimento empírico da

⁵ a) Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades: - abrigo institucional; - Casa-Lar;- Casa de Passagem; - Residência Inclusiva. b) Serviço de Acolhimento em república; c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.



pesquisadora a hipótese a ser avaliada é que a universalidade nos serviços e benefícios da política nacional de assistência social não ocorre de forma equitativa à população urbana e rural, prevalecendo os serviços para a população urbana.

2.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA A COMPREENSÃO DA REALIDADE

A pesquisa é um processo organizado e sistematizado de construção do conhecimento, que possibilita a geração de novos conhecimentos ou corrobora com os já existentes e da mesma forma pode contribuir para refutação dos mesmos. Embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. (MINAYO, 2010).

A elaboração desta pesquisa pauta-se na abordagem qualitativa e quantitativa que possibilita maior compreensão da temática, assim como maior abrangência e profundidade dos objetivos pré-estabelecidos.

A pesquisa qualitativa para Gerhardt e Silveira (2009, p.31) “não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização”, observando as peculiaridades e a complexidade dos fatos, condutas e situações. Enquanto que a pesquisa quantitativa se centra na objetividade, cujos resultados podem ser quantificados e tem como foco a dimensão mensurável dos fatos, procurando demonstrar em números opiniões e informações.

Assim, diante da compreensão de que nenhuma é mais científica que do que a outra, nesta pesquisa serão utilizadas ambas as abordagens, o que permite recolher mais informações do que se poderia obter isoladamente.

Quanto aos procedimentos, esta pesquisa iniciou-se com uma revisão de bibliografia com a leitura de livros, revistas, artigos científicos, dissertações, teses e em *sites* principalmente do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A pesquisa bibliográfica segundo Gil (2008, p. 50) “é desenvolvida a partir de material já elaborado constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Em seguida, empregou-se a pesquisa documental, com base nos documentos e legislações, em especial da PNAS, da LOAS, do SUAS assim como Estatutos, planos e relatórios do município e demais documentos que forneceram contribuições para a análise do problema a ser pesquisado. Nas referências de Gil



(2008) esse tipo de pesquisa recorre a matérias sem tratamento analítico compondo o que se nomeia de fontes primárias.

O procedimento adotado será o estudo de caso desenvolvido no município de Toledo, apresentando-se como uma ferramenta que possibilita o reconhecimento da natureza da realidade social em suas várias dimensões.

Yin faz uma importante referência para o estudo de caso no qual o compreende como um método muito abrangente “com a lógica de planejamento incorporando abordagens específicas à coleta de dados e à análise de dados”[...] “estudo de caso não é nem uma estratégia para a coleta de dados nem simplesmente uma característica do planejamento em si, mas uma estratégia de pesquisa abrangente”. (YIN, 2001, p.33).

Na verdade o estudo de caso possibilita que a partir de um caso particular, como por exemplo, o estudo da política de assistência social nas áreas rurais no município de Toledo, de forma que se permita estabelecer correlações e análises com a lógica estabelecida com a PNAS e as demais políticas no tratamento com o meio rural.

Com a finalidade de atender os procedimentos legais, esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEP, liberada e aprovada no dia dez de julho de 2014 (Parecer Nº 714.703). Dentre os procedimentos, além do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE para os sujeitos da pesquisa, também foi encaminhado junto a Secretaria Municipal de Assistência Social um termo solicitando autorização para realizar e coletar dados junto a essa secretaria.

As questões norteadoras da pesquisa se referem ao acesso aos benefícios e serviços garantidos na Política Nacional de Assistência Social: a) Os serviços e benefícios oferecidos à população urbana e rural são equitativos? b) Qual a forma de acesso desses serviços e benefícios? c) De que forma ocorre a descentralização dos benefícios e serviços da PNAS para a população rural? d) As demandas rurais estão garantidas no planejamento e no orçamento municipal?

A pesquisa de campo será realizada no município de Toledo, com entrevistas dirigidas a 33 pessoas divididas em dois grupos. O primeiro grupo constitui-se por três gestores da Política municipal de assistência social, que foram definidos a partir da função que exercem no município. Neste caso serão entrevistadas as



coordenadoras do CRAS III⁶ e V⁷ pois são estes equipamentos que atendem a maioria das demandas advindas dos distritos e das áreas rurais do município de Toledo bem como a Diretora da proteção social básica, por ser responsável direta da organização e da gestão referida.

O segundo grupo de entrevistados compõe-se pelos beneficiários do PBF que residem em áreas rurais. A justificativa sobre o porquê da escolha dos usuários deste programa para participar da pesquisa ocorreu pela dimensão e importância do PBF a qual se configura como o maior programa de distribuição de renda no País, que colabora efetivamente tanto na redução da pobreza quanto na queda da desigualdade e por ser muito significativo na composição da renda das famílias beneficiárias.

Para identificar os beneficiários do PBF das áreas rurais entrou-se em contato com o Diretor do departamento de CAD.Único do município, o qual forneceu os nomes, endereços e número de telefones de todos os beneficiários da área rural.

Diante desta totalidade de 97 famílias rurais beneficiárias do PBF foi necessário estabelecer alguns critérios para definir a amostra dos pesquisados. Primeiramente foram excluídos da amostra todos os beneficiários que estavam com os dados desatualizados desde o ano de 2010. Dessa forma restaram 67 famílias, entre essas, seis famílias residem em bairros essencialmente urbanos as quais também foram excluídas, restando ainda um universo de 61 famílias beneficiárias.

Deste universo, a princípio, foram selecionadas 30 famílias, nas quais serão aplicados os instrumentos de coleta. A estratégia de amostragem adotada foi a do tipo aleatória estratificada. Como estratos foram definidos as localidades rurais do município de Toledo, das quais foram elencadas as famílias. A estratégia de amostragem em estratos tem a vantagem, neste caso, de fazer com que cada localidade tenha uma participação proporcional na amostragem à sua contribuição para o total de famílias atendidas no município, possibilitando assim, melhor representatividade da população em estudo. (19 comunidades) Nas comunidades

⁶Localiza-se no Jardim Coopagro e atende Vila Becker, La Salle, Santa Maria, Tocantins, Industrial, Jardim Gisele, Fachini, Planalto, Pancera (Oeste), Basso, Anápolis, Santa Clara I, Pascuali e Filadélfia. Distritos: Concórdia D'oeste, Dez de Maio, Dois Irmãos, Ipiranga, Vila Nova, Novo Sobradinho e Sarandi.

⁷Localiza-se no Santa Clara IV e atende Pinheirinho, Santa Clara IV, Jardim Heloísa. Distritos: São Luiz, Ouro Preto, Boa Vista, Vista Alegre e Bom Princípio. Expansão na Rodovia PR – 317 a partir da Rua Capitão Leônidas Marques. (Toledo, 2004)



onde residem mais de uma família, foi utilizada como amostra a metade dos moradores escolhidos por sorteio.

Delimitados os sujeitos, na etapa seguinte realizar-se-á as entrevistas. De acordo com Gil, a entrevista é definida:

Como uma técnica em que o investigador se apresenta ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção de dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente uma forma de diálogo assimétrica, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação. (GIL, 2008, p.109)

As entrevistas podem ser consideradas como um diálogo intencional e podem ser mais livres ou mais condicionadas. Neste caso foi escolhida a entrevista semi-estruturadas, que na concepção de Minayo (2010, p.64) “combina com perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada”. Foram construídos dois roteiros de entrevistas, um direcionado para os gestores e outro para os beneficiários do PBF.

O agendamento das entrevistas ocorrerá por meio de contato telefônico, em seguida as entrevistas serão realizadas in loco.

Após a coleta dos dados, a etapa seguinte da pesquisa é análise e interpretação. Embora sejam conceitos diferentes, são estreitamente ligados. Conforme GIL (2008, p. 156)

A análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para a investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos.

Diante disso, para a realização da análise qualitativa dos dados será empregada a técnica de análise de conteúdo, que segundo Bardin apud Minayo (2010, p.83),

É um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.



Nesta técnica de análise, é provável alcançar conteúdos subentendidos ou explícitos ao texto, buscando significância aos dados.

Enquanto que a análise quantitativa dos dados consistirá na elaboração de um mapa conceitual por meio da técnica de escalonamento multidimensional não-métrica (NMDS) acompanhada de análise multivariada de variância permutacional (PERMANOVA), comparando as categorias estabelecidas na terceira dimensão do estudo. Detalhes para a técnica de amostragem adotada e as análises quantitativas que serão realizadas podem ser encontrados em Hair *et al.* (2009).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término desta pesquisa pretende-se ter dados suficientes para realizar a análises e responder os objetivos propostos pela pesquisa.

Embora que a pesquisa não tenha finalizado, os estudos teóricos refletem uma fragilidade das políticas sociais em atender as demandas da população rural. Contudo é indiscutível o avanço da Política de assistência social no município, pois tem contribuído significativamente na ampliação dos serviços e no acesso de toda a população que dela necessita. Frente a isso é necessário reafirmar a importância da política de assistência social enquanto Política de Proteção Social e como alternativa diante das expressões da questão social. Elas se constituem elementos que proporcionam o acesso aos bens e serviços na perspectiva de ampliar os direitos bem como diminuir as desigualdades sociais.

Perante o exposto, avalia-se que o maior desafio para a política de assistência social na construção do SUAS seja inserir a população rural e seus territórios, ampliando seu campo de atuação, possibilitando de fato o acesso a toda população que dela necessitar.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Senado. Federal, 1988. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 4 ago. 2014.



BRASIL. Lei Nº 8742 de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. In: **Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 08 de dez. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm>. Acesso em: 03 ago. 2014.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**, Brasília, 2004. Disponível em:<<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Política%20Nacional%20de%20Assistencia%20Social%202013%20PNAS%202004%20e%202013%20NOBSUAS-sem%20marca.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2014.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. 1. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAIR, Joseph; BLACK, Willian. C.; BABIN, Barry.; ANDERSON, Rolph. E.; TATHAN, Ronaldo. L. **Análise multivariada de dados**. 6ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010: Características da população e dos domicílios Resultados do universo**. Rio de Janeiro 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/english/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf>. Acesso em 27 jul. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**, v. 1 Brasília: IPEA, 2000.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. Ed 29, Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Relatório de Informações Sociais**. Brasília. 2014. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Cadastro Único>>. Acesso em 02 ago. 2014.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda 21 Brasileira: ações prioritárias**. 2. ed. Brasília : 2004. 158 p. Disponível em:< <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-brasileira>. Acesso em: 04 ago. 2014.

VEIGA, José Ely. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2002.

YAZBEK, Maria Carmelita. Estado, Políticas Sociais e implementação do SUAS. In **Capacita SUAS**, Volume 1. Brasília 2008.

Yin, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos** / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre : Bookman, 2001.



